

HISTÓRIA, MEMÓRIA E MÍDIAS: UM OLHAR SOBRE OS “MODOS DE VER” DO POVO XERENTE ACERCA DE SUA CULTURA

Profa. Ms. Rosemary Negreiros de Araújo (GTI/UFT)

Profa. Dra. Edna de Mello Silva (NEPJOR/UFT)

rosearaujo@uft.edu.br

prof.ednamello@gmail.com

Introdução

A proposta deste texto é relatar as primeiras experiências e “reflexões”, algumas ainda sem respostas, do projeto de pesquisa e extensão: “História, Memória e Mídias: O olhar Xerente sobre sua Cultura”, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Indígena (GTI), do Campus de Miracema/To, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Jornalismo e Multimídia, do curso de Comunicação Social, sediado no Campus de Palmas/TO, ambos da Universidade Federal do Tocantins. O objetivo geral do projeto é contribuir para a preservação da cultura e da história do povo Xerente da Aldeia Porteira, situada na Reserva Xerente em Tocantínia (TO), por meio da utilização de recursos audiovisuais, redes sociais e Internet, buscando oferecer instrumentos para que os próprios membros da comunidade sejam habilitados a produzir conteúdos midiáticos os quais fortaleçam sua identidade, cultura e cidadania.

Considerando-se que é um projeto de pesquisa e extensão, no âmbito da pesquisa, a preocupação pautou-se na discussão sobre as linguagens audiovisuais (de tradição ocidental, não-indígena) e o uso consciente dos meios tecnológicos de comunicação, bem como a adaptação das ferramentas midiáticas para as necessidades específicas do próprio grupo. Quanto às atividades de extensão, ocorrerão na medida em que proporcionem uma atuação junto aos membros da própria comunidade Xerente com *feedback*, no sentido de que esta comunidade possa desenvolver as habilidades necessárias relativas ao domínio de equipamentos, técnicas e linguagens multimidiáticas da sociedade contemporânea. E ainda através do envolvimento da comunidade em oficinas, além de outras atividades que terão como resultado a elaboração de um documentário como produto final.

A cultura Xerente (Akwen) foi construída, essencialmente, tendo como base a memória e a oralidade e sendo assim, deve-se reconhecer a importância da história oral para grupos que, tradicionalmente, não se utilizam dos meios de cultura baseados na escrita e em outras formas de registros. Em tempos modernos, onde a tecnologia pode

ser um instrumento importante para registrar e “perpetuar” todo tipo de acontecimento que mereça ser preservado como construção histórica ao longo dos anos, também urge que se registre a cultura indígena como patrimônio cultural do povo brasileiro.

Os estudantes indígenas da etnia Xerente, que fazem parte do GTI do Campus de Miracema, reclamam à urgência de se obter um registro imagético e escrito da sua cultura, como uma forma desta cultura não se “perder” ao longo dos anos, no convívio cada vez mais estreito com os “brancos”. Alegam eles que, com o processo de aculturação (relação cada vez mais próxima com o não indígena), a tradição da memória e da oralidade vem deixando de ser repassada fidedignamente, dos mais velhos para os mais jovens. Outro fator apontado foi que, sendo a cultura transmitida aos mais jovens pelos anciãos, a perda de um deles representa a perda de uma “biblioteca viva”. Portanto, o registro documental por meio de imagens, sons e textos pode contribuir para a continuidade da transmissão de sua cultura ao longo dos anos.

Faz-se importante frisar que, ainda que com a intenção de contribuir para a preservação da memória deste povo, utilizando-se aqui do instrumental tecnológico para tal, esta proposta não visa competir com a transmissão cultural através da memória e da oralidade, traços pertinentes deste povo. Mas pretende acrescentar como contribuição, o registro também escrito e imagético, como uma forma de garantir/preservar as tradições, os costumes, os rituais, as crenças, enfim, o modo de ser e de viver Xerente para várias gerações futuras.

Sendo assim, o que aqui se relata, é baseado na formação dos estudantes Xerente, através de noções de memória e história oral e de estudos relacionados à linguagem audiovisual, concentrando-se na evolução histórica do registro das imagens, dos conceitos, formatos e abordagens etnográficas do processo de elaboração do Documentário. Neste sentido, a idéia foi de capacitar os próprios alunos indígenas a dominarem os conceitos teóricos e técnicos, os quais são necessários para a elaboração de produções audiovisuais, a fim de registrarem a história e cultura de sua comunidade, através da metodologia da história oral e registro documental por imagens, visando à elaboração de um vídeo, como produto final.

Em busca de alternativas metodológicas: contrapontos da educação tradicional versus educação “experimental”

Inicia-se este item esclarecendo que não é intenção aqui exaurir tema tão complexo, mas tão somente mostrar o que foi possível aplicar através do uso de metodologias “inovadoras” nesta proposta, assim como o que ainda irá ser feito nas etapas seguintes, posto que o projeto ainda está em curso. Sendo assim, inicia-se comentando brevemente sobre estas metodologias, para em seguida, pontuar-se aspectos da natureza tradicional da educação, e quais as possíveis alternativas para se conseguir o objetivo em pauta.

Um dos conceitos de história oral propostos por Meihy e Holanda (2007, p. 18) definem essa metodologia como sendo o registro das narrativas testemunhais de pessoas que vivem um processo social, por meios eletrônicos. Neste contexto, “valoriza-se também a questão da escolha e da análise como fases independentes para o conhecimento imediato”. Para esses autores, a etapa da documentação por meios eletrônicos é um dos objetivos da história oral.

Essa definição centra força no caráter documental das entrevistas, que estariam atentas a atingir dois planos analíticos fundamentais: os estudos de identidade e memória. Os aparelhos eletrônicos também compõem as condições de realização da história oral. É importante reconhecer que o “coletivo” é essencial para essa definição. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 18)

Esses autores reforçam ainda a idéia de que a história oral é um meio de “manter a experiência passada em estado de ‘presentificação’”, o que significa dizer que a materialização do depoimento oral em meio eletrônico, deve contribuir para a preservação e compartilhamento das experiências vividas pelos membros de uma comunidade, com outras que venham a ter acesso a essa documentação.

No que diz respeito ao instrumental metodológico utilizado na citada proposta cabe destacar a importância das oficinas, como um instrumento de significativa e primordial importância. As oficinas tiveram como meta, possibilitar uma formação aos estudantes Xerente, a fim de proporcionar às condições necessárias à coleta de dados, sistematização, e, conseqüentemente, para a confecção de um vídeo documentário, que não é algo simples de executar. O documentário, mesmo o mais didático e voltado para o público escolar, de acordo com Napolitano (2003, P.31) “é um gênero de filme que implica um conjunto de regras de linguagem para a elaboração do roteiro, técnicas de filmagem, princípios de montagem e edição, ou seja, implica um conjunto de escolhas dos profissionais envolvidos na sua realização”.

Jacques Le Goff (1996, p. 470), explica que “(...) a memória coletiva é não somente uma conquista, também um instrumento e um objeto de poder”. O historiador ressalta sua importância para sociedades que têm na oralidade sua marca maior, “São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”.

Destaca-se também a importância da narrativa, como algo que, pressupõe, em sua conotação popular, uma construção cumulativa, com começo, meio e fim, ou seja, algo que tenha continuidade, tendo como objetivo contar uma história de interesse geral e que nesse caso é do interesse da comunidade Xerente.

Faz-se importante elucidar que a proposta aqui referida, se difere de outras iniciativas convencionais de educação, uma vez que emerge dos próprios sujeitos, os estudantes indígenas da UFT Campus de Miracema e a comunidade Xerente. Tal concepção se distancia da idéia “fechada” de educação, que tem o professor como peça central do processo de educação e os alunos como receptores, sendo estes meros sujeitos passivos.

Como já foi dito acima e a título informativo, faz-se aqui breves considerações sobre este modelo educacional até os nossos dias, com o intento de pontuar a contraposição deste modelo com a metodologia adotada neste trabalho. Este modelo de educação tradicional trazido para o Brasil e implantado pelos jesuítas quando aqui chegaram em 1549, tinha o propósito de converter os índios à fé católica, através da catequese e instrução e perdurou por cerca de dois séculos, sem qualquer intervenção, até a chegada de Pombal na segunda metade do século XVIII.

A expulsão dos jesuítas em 1759, pelo Marquês de Pombal (quando já havia sido consolidado a colonização no Brasil), teve um caráter desastroso, embora este tenha naquele período, implementado reformas consideradas modernizadoras. A educação ficou relegada às aulas avulsas, denominadas de aulas régias e aconteciam esporadicamente. Diferente do modelo de educação jesuítica, Pombal não apresentou um projeto de educação sistematizado e já consolidado, como o dos jesuítas e os seus “ideais” de uma educação pública e laica, não passaram de “promessas”.

Parafrazeando Silva e Azevedo (1995, p. 150), até o final do período colonial, a educação indígena permaneceu a cargo dos missionários católicos de diversas ordens, por delegação tácita ou explícita da Coroa Portuguesa. O advento do Império nada mudou, ressaltou-se o Projeto Constitucional de 1823, em título XIII, art. 254, em que foi

proposta a criação de estabelecimentos para a catequese dos índios. A Constituição de 1834 foi omissa sobre esse ponto, o Ato Adicional de 1834, art 11, parágrafo 5, procurou corrigir a lacuna e atribuiu competência às Assembléias Legislativas das Províncias para promover cumulativamente, com as Assembléias de Governos Gerais (a catequese e a civilização do indígena e o estabelecimento das colônias).

A proclamação da República (1889), traz a separação da Igreja do Estado e desta forma, não havia mais uma preocupação por parte do governo, enquanto instituição, em dar continuidade ao trabalho dos missionários junto às comunidades indígenas, porém, isto não impediu às ações deles nas aldeias. Assim, houve uma expansão dos trabalhos de evangelização junto às comunidades indígenas, por parte não só de católicos, mas também de evangélicos, atingindo quase todos os pontos do Brasil.

Para Mellati (1977), a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tendo à frente o Marechal Cândido Rondon, foi um marco que estabeleceu um novo tipo de política indigenista no Brasil. A escola, quando havia, funcionava no posto indígena, e a educação escolar era ministrada em língua portuguesa, sendo vedado o desmembramento da família indígena, mesmo para fins de educação e catequese de seus filhos.

O Tocantins, quando ainda era Goiás, teve sua primeira experiência em educação bicultural, a educação escolar bilíngüe entre os índios do Norte Goiano, iniciando em 1972, com os Karajá e posteriormente, com os Apinayé. Assim, a educação bilíngüe no país começa a se efetivar a partir da década de 70, quando se iniciam os movimentos em prol da língua indígena materna na escola, bem como para garantir a escolarização destes povos.

As mudanças na forma de viver e educar o indígena não é um fato recente e tampouco surgiram de maneira espontânea. Pode-se considerar duas formas de encarar a educação entre algumas etnias, a exemplo da Xerente: uma que compactua com a idéia de cada vez mais se aproximar do não indígena, das instituições em geral, enfim da sociedade envolvente, absorvendo aspectos da forma de viver do “branco” e uma outra que é mais reservada e prudente, pois embora aceite os modelos educacionais ofertados pelo “branco” aos povos indígenas, demonstram grande preocupação com a manutenção de sua cultura, da preservação do costume de seu povo, primeiramente, da língua materna e das crenças em geral. No caso desta proposta, optou por adotar esta última “visão” sobre a educação indígena, por considerar-se que a mesma pode contribuir para preservar a cultura indígena como um patrimônio nacional.

Sabe-se que o desenvolvimento das sociedades conduzem a modificações no modo de vida, tendo como resultantes aspectos de natureza positiva e negativa. Conforme mencionado anteriormente, para alguns povos indígenas, a aproximação da sociedade envolvente com eles, não necessariamente, trás resultados satisfatórios para os mesmos. Porém, essa “aproximação” da sociedade envolvente com as populações indígenas da região Norte, amazônica, não é recente. Estudos realizados por Ferraz (1997; p. 42) demonstram que, a chamada “Marcha para o Oeste”, a partir dos anos trinta, visava a integração econômica do território brasileiro com o propósito de criar um mercado nacional, expandindo as rodovias, desalojando populações do interior do país, no caso do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro.

A ocupação da região amazônica se deu a partir da colonização, mediante surtos exploratórios vinculados à expansão capitalista mundial. Esse processo provocou uma reorganização da Amazônia, esboçando-se um rápido movimento de apropriação do espaço e uma profunda mudança de valores, em aspectos sócio-econômicos e culturais.

Na atualidade, a globalização se apresenta como uma tendência geral do capitalismo, a qual cria um ambiente econômico, histórico e social de desenvolvimento, capaz de concentrar os meios de produção favoravelmente, cada vez mais, nas mãos de uma minoria. Sabe-se que o capitalismo caracteriza-se por ser um sistema de produção cíclico e guarda nas suas entranhas, a depender do contexto e de variados fatores, a capacidade de vivenciar crises cíclicas e periódicas, de declínios, mas também de auges.

Tais resultados de crises do modelo econômico, também repercutem no modo de vida dos indígenas, como parte do contexto da sociedade envolvente em que se encontram inseridos. Surge reivindicações e novos fatos são adicionados a este contexto. Um deles, que merece destaque aqui, é sobre o sistema de Cotas para Indígenas nas Universidades. O direito do aluno indígena usufruir do sistema de cotas, está vinculado a apresentação de declaração da FUNAI- Fundação Nacional do Índio, confirmando sua origem étnica. Esta Resolução passou a vigorar a partir do dia 03 de setembro de 2004.

Referenciando-se a este sistema de cotas, cabe aqui salientar que a Universidade Federal do Tocantins, através da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE nº 3ª/2004, aprovou a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas, oferecendo a estes estudantes um percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos e *campi* da UFT.

Foi então a partir do primeiro semestre de 2005, que os alunos indígenas da região norte começaram a ter acesso ao ensino superior público. Segundo informações obtidas pelo aluno indígena Amaré Gonçalves Brito, a FUNAI, nos anos de 2005 e 2006, concedia bolsas para os alunos indígenas que ingressaram nesse período. A partir do ano de 2007, as bolsas para novos ingressantes foram suspensas. De acordo com dados da Diretoria de Programas e Projetos Especiais da UFT, no período compreendido de 2005 a 2008, a taxa média anual de candidatos inscritos e aprovados no vestibular tem registrado aumento progressivo. Como não foi possível ter acesso aos dados que apontem e ou demonstrem esse percentual, aventa-se apenas que, em relação à etnia Xerente, a procura pelo vestibular parece claramente ocorrer em todos os semestres que abrem vagas para o vestibular. Estes estudantes indígenas, pleiteiam vagas não apenas para cursos do campus de Miracema, que é o mais próximo para sua locomoção, mas também para os demais campi da UFT.

Alguns destes estudantes Xerente, que tiveram acesso ao ensino superior, no cotidiano acadêmico, “despertaram” para a preservação de sua cultura e memória, fato possível de observar com a experiência docente exercida por alguns anos, no referido Campus. Foi a partir desta perspectiva que surgiu esta proposta/ projeto aqui em pauta.

Quanto aos resultados do que até então já foi implementado do mencionado projeto, o que se pode perceber sobre estes os resultados no tocante à metodologia deste trabalho, mesmo que prematuramente, pois ainda há oficinas a serem realizadas, bem como a captação de imagens, textos e sons e a elaboração do documentário propriamente dito, é que há grande receptividade e empolgação por parte da comunidade Xerente da aldeia Porteira. Esta comunidade em foco, expressa satisfação em saber que participarão de um documentário em que os seus filhos, netos, sobrinhos e ou parentes, estarão filmando, editando, fotografando, escolhendo os cânticos, dentre outras atividades, mesmo sabendo eles que, para que tudo isso se torne fato consumado necessitará de apoio financeiro. A compreensão em tornar este fato uma realidade depende ainda de apoio financeiro, oriundo de alguém que compreenda o quão é importante o “resgate” e registro de aspectos históricos e culturais de uma comunidade, que é basicamente sustentada através da memória e oralidade. E segundo eles próprios, a maioria de seus anciões não está mais entre eles, portanto, faz-se importante a iniciativa de produção desse material em vídeo, visando assim, contribuir com a veiculação de sua cultura para as populações jovens e vindouras.

Neste ínterim, enquanto aguardam que as condições de produção do documentário cheguem até eles, para terem o “orgulho” de verem os estudantes de sua etnia produzindo esse material, já tomaram conhecimento que os estudantes assistiram aos vídeos da coleção: Vídeo Índio Brasil e também pretendem que esse material chegue até eles, através de sessões organizadas pelos próprios estudantes.

Pode-se então, levantar alguns contrapontos a partir das considerações já feitas até aqui. Por exemplo, no modelo tradicional a metodologia não levaria em consideração a opinião dos discentes, para a reconstrução da cultura Xerente e partiria de um modelo pronto e acabado cabendo aos estudantes seguirem um roteiro de pesquisa previamente elaborado pelos professores. Já a metodologia que pretendemos construir, caberá aos discentes o papel principal, sendo estes os protagonistas do pensar e desenvolver das ações. Após receberem formação de conteúdos específicos sobre documentário, história oral e formação técnica para manusearem equipamentos de filmagens e edição, escolherão eles mesmos, o caminho a seguir na feitura do documentário etnográfico. Sendo assim, eles próprios, os responsáveis pela escolha do tema, roteiro, e demais etapas do processo, necessárias ao produto final que é a elaboração do documentário.

Ressalte-se que através desta metodologia, mantém-se o respeito que deve ser atribuído à cultura Xerente, ao seu modo de ver e de viver, o qual pode ser observado em particularidades como: a manutenção de sua língua materna (Akwe), de suas práticas e rituais, algumas ainda presentes no dia-a-dia dessa etnia e a preservação do conhecimento, passado através de gerações, dos anciões para os mais jovens. Em razão disso, a forma de conceber e organizar o tempo é diferente do tempo histórico convencional, do não indígena. O calendário de festividades e os eventos em decorrência de mortes, pode durar vários dias e não será interrompido para execução de quaisquer outras atividades. Enfim, é um modo de particular e cultural destes povos.

Ações e Expectativas do Grupo e Comunidade em Foco: A Guisa de Conclusões

Neste item descrever-se-á ligeiramente as ações até então implementadas nesta proposta, bem como avaliar-se-ão as perspectivas do grupo e comunidade aqui em foco, tecendo algumas possíveis “conclusões”. Frisa-se que o que foi possível já implementar foi considerado um sucesso e as ações vindouras, ainda em *stand by* são factíveis e viáveis, cabíveis dentro das possibilidades da continuação desta proposta.

Dentre as principais metas traçadas, destaca-se a importância em se proporcionar condições suficientes para o manuseio dos equipamentos para captação e edição de imagens; Realizar oficinas sobre a importância da memória e história oral, assim como sobre a linguagem audiovisual, concentrando-se na evolução histórica do registro das imagens, os conceitos, formatos e abordagens etnográficas do processo de elaboração do Documentário. O produto final do Projeto, esperado por todos eles como um grande “evento”, é elaborar um vídeo sobre a cultura Xerente, o qual além do que já foi comentado, contribuirá para promover a disseminação da cultura indígena Xerente entre a comunidade universitária.

A formação dos estudantes teve início com discussões no campus de Miracema para os ajustes do Projeto. Optou-se por iniciar por uma oficina intitulada “‘Leitura’ e debate de conteúdos da Coleção: Vídeos Índios do Brasil” cujo objetivo foi despertar o interesse e sensibilidade dos estudantes e da comunidade Xerente, para a leitura e produção de imagens de sua própria cultura. Ao final, foram traçadas metas que consistiram na proposição de oficinas com essa temática, a serem desenvolvidas pelos estudantes Xerente da UFT na aldeia Porteira e no Colégio de Ensino Médio – CEMIX, cujo alunos em sua maioria são indígenas.

Dando seqüência à formação foi iniciada a Oficina intitulada “Documentário: Conceitos e Linguagens” orientada pela Prof^a Dr^a Edna Mello e Silva, do Curso de Comunicação (UFT/Palmas), com participação de dois monitores dessa área, sendo um deles, um Xerente. Já foram realizadas atividades cuja meta foi introduzir os estudantes indígenas nos estudos relacionados à linguagem audiovisual, concentrando-se na evolução histórica do registro das imagens, os conceitos, formatos e abordagens etnográficas do processo de elaboração do Documentário. A idéia principal dessa oficina é capacitar os próprios alunos indígenas a dominarem os conceitos teóricos e técnicos necessários para a elaboração de produções audiovisuais, a fim de registrarem a história e cultura de sua comunidade, com a metodologia da história oral e registro documental por imagens.

Durante a realização dessas oficinas, percebe-se que as mesmas geram discussões importantes entre os estudantes Xerente, pois em algumas delas, após assistirem aos vídeos, a discussão foi realizada na língua materna (Akwe). Foi perceptível o “calor” da emoção das falas, quando informaram que, os vídeos, produções que retratam as próprias etnias por elas próprias, despertaram-lhes para a grande importância e valor que tem a cultura Xerente. Ressaltaram também que, ao assistirem um vídeo de um

outro povo (etnia) “conservado” se “tocam” de que sua cultura deve ser “valorizada” e que, deve partir deles próprios, a iniciativa em fazer algo para que sua cultura seja conservada e passada para as crianças e jovens nos anos vindouros.

A guisa de conclusões, posto que a proposta está em curso, pode-se descrever em poucas palavras o resultado do que foi observado, após a implementação do exposto acima: O impacto junto à comunidade externa foi a clara aceitação do trabalho já desenvolvido, o qual gerou uma expectativa favorável da comunidade em foco, no sentido de se realizarem ações que culminem com a elaboração do referido vídeo, cujo mesmo retrate, fielmente, o resgate da cultura dos povos em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Aspectos do Processo de Educação escolar Bilíngüe dos Apinayé.** In: Cadernos de Educação Escolar Indígena. PROESI. Organizadores: Elias Januário e Fernando Selleri Silva. Barra do Bugres: UNEMAT, V. 1, N.1. 2008. http://indigena.unemat.br/publicacoes/cadernos6/003_FranciscoEdviges_AspectosDoProcessoDeEducacao.pdf . Acesso em novembro de 2010.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Narradores de Javé: a memória entre a tradição oral e a escrita.** In: <http://www.museu.ufrgs.br/admin/artigos/arquivos/NarradoresJave.doc> . >Acesso em maio de 2010.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei nº 9394 de 1996. Brasília, DF: 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI. 2. ed. Brasília, DF, 2005.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo.** Imperatriz, MA: ética, 2008.

GUIMARÃES, Suzana Martelli Grilo. **A aquisição da escrita e diversidade cultural:** prática de professores Xerentes. Brasília: DEDOC, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **História Oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELATTI, Júlio César. **Quatro séculos de política indigenista:** de Nóbrega a Rondon. Revista de atualidade indígena, Brasília, v.1. n.3, p. 39-45, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. ORIÁ, R. IN: BITTENCOURT, Circe.(org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SILVA Márcio Ferreira de; AZEVEDO, Marta Maria. **Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil:** O movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. In: Silva, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizete B. (Orgs). A temática indígena nas escolas; novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VALENTE, A. L. E. F. **Educação e Diversidade Cultural:** um desafio da atualidade. São Paulo: Modema, 1999.

VÍDEOS –

VÍDEO ÍNDIO BRASIL. Edição 2010. Cine Cultura. Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, Secretaria de Audiovisual. Ministério da Cultura. 2010.